

HISTÓRIA

EM  
DEBATE

ANAIS DO XVI<sup>º</sup> SIMPÓSIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS  
PROFESSORES DE HISTÓRIA - RIO DE JANEIRO, 22 A 26 DE JULHO DE 1991.

# **HISTÓRIA EM DEBATE**

## **Problemas, Temas e Perspectivas**

ANPUH: 30 anos

**CNPq**

**InFour**

# História e Brasilidade.

*Lucia Maria Pachcoal Guimarães*

A doutrina político-ideológica do Estado Novo vem sendo objeto de estudo por parte de cientistas políticos, sociólogos, educadores, economistas e, com menor frequência, pelos historiadores. Tais investigações, na maioria dos casos e talvez devido à própria formação dos pesquisadores, têm concentrado suas atenções nos documentos relativos aos discursos pronunciados pelo Presidente Getúlio Vargas, às atividades do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e aos conteúdos das revistas “Cultura Política” e “Ciência Política”, editadas a partir de 1941 pelo governo e consideradas como porta-vozes oficiais do regime.

Essa documentação vem se mostrando fecunda para os estudiosos do período, como atestam Angela Maria de Castro Gomes, Lucia Lippi, e Simon Schwartzman, dentre outros. Acreditamos, porém, que existem ainda inúmeras fontes inexploradas pelos historiadores, como é o caso do material produzido no Segundo e Terceiro Congressos de História Nacional, promovidos pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1931 e 1938, respectivamente.

O Segundo Congresso de História Nacional foi realizado entre 07 e 14 de abril de 1931 e teve como temática o centenário da Abdicação de D. Pedro I. Seus presidentes de honra foram “o Dr. Getúlio Vargas - Chefe do Governo Provisório, o Conde Affonso Celso - presidente do IHGB, o Dr. Oswaldo Aranha - Ministro da Justiça, o Dr. Afranio de Mello Franco - Ministro das Relações Exteriores e o Dr. Francisco Campos - Ministro da Educação”<sup>(1)</sup>.

A primeira vista, diante desse rol de autoridades, além do aspecto relativo à intimidade do Instituto com o grupo que assumiu o poder pós-30, é possível suspeitar que o evento teria sido “encomendado” pelo novo aparato de Estado, tal como seria feito mais tarde pelo DIP, em outras atividades do gênero. Contudo, esta conjectura cai por terra quando se revê as atas das sessões preparatórias do certame.

Sua realização, porém, começará a se esboçar em 1926. Por sugestão do Secretário Perpétuo, Max Fleiuss, foi apresentada a proposta de comemoração do centenário do movimento de 7 de abril de 1831, a exemplo do que já fora feito pelo IHGB na passagem dos cem anos da Independência<sup>(2)</sup>.

A estruturação do encontro de 1931 envolveu uma série de preparativos. Além de uma comissão de organizadores, foi nomeado um relator geral - o associado Min. Alfredo Valladão que, em 1929, apresentou as teses que deveriam ser submetidas ao Congresso. Analisando-se estas posições, que aliás deram origem ao livro publicado por Valladão "Da Aclamação à Maioridade", verifica-se que as mesmas seguem basicamente dois eixos interpretativos<sup>(3)</sup>.

- o 7 de abril como complemento e nacionalização da independência;
- o 7 de abril como uma revolução indispensável à preservação do Império.

A primeira destas abordagens não constituiria novidade para a historiografia. Trata-se de um desdobramento das idéias defendidas por Joaquim Nabuco, que afirmava: "Em certo sentido o 7 de abril é uma repetição do 7 de setembro. O imperador era um adotivo..."<sup>(4)</sup>. Quanto à segunda premissa, diferente do mesmo Nabuco que considerava que "... no fundo a revolução de 7 de abril foi um desquite amigável entre o Imperador e a nação..."<sup>(5)</sup>, Alfredo Valladão apresenta uma outra possibilidade de interpretação: a tese da revolução necessária. Onde "... o fúnebre projeto da anarquia e da dissolução das Províncias, que se apresentou aos nossos olhos desapareceu de um golpe..."<sup>(6)</sup>.

Embora tal premissa tivesse sido apresentada ao Instituto em 1929, ela se encaixaria como uma luva aos propósitos dos vencedores de 30. Neste sentido é interessante cortejar as considerações tecidas por Valladão no IHGB com a versão apresentada por Gustavo Capanema no documento intitulado "Prefácio Livro Presidente". Para Capanema, político intimamente ligado a Vargas,

"... a revolução se apresentou como um imperativo a que os políticos não poderiam fugir, pois o impulso insurrecional já se alastrará nas massas exacerbadas e contrariá-lo seria tão somente desviar-lhe o curso do rumo certo para os labirintos políticos da anarquia..."<sup>(7)</sup>.

Assim, embora o Segundo Congresso não tivesse sido organizado sob "encomenda" do Governo Provisório, tanto sua temática, quanto o desenrolar de suas teses se enquadrariam tão bem ao contexto da Revolução de 30 que, sintomaticamente, além de patrocinar o certame, Getúlio Vargas se tornou a partir daí uma espécie de mecenas do IHGB.

Reverendo-se o "Relatório" do Secretário Max Fleiuss verifica-se que a publicação dos Anais do Congresso de 1931, bem como da sessão inaugural

do Instituto Panamericano de História e Geografia - simpósio realizado entre dezembro de 1932 e janeiro de 1933 - correram por conta das autoridades governamentais. Tratava-se de uma especial deferência do chefe da Nação. É importante salientar que a partir daí, durante a década de 30, no que se refere a publicações, outras iniciativas do Instituto também contaram com o apoio do Poder Executivo, como é o caso da Biblioteca de Autores Argentinos, iniciada sob “os auspícios do Chanceler Oswaldo Aranha”<sup>(8)</sup>.

Ainda com relação ao contexto sócio-político onde se insere a realização do Segundo Congresso de História Nacional, observa-se um aspecto muito significativo quando se analisa o discurso de encerramento, proferido pelo então presidente do IHGB. Neste documento, reportando-se à conjuntura histórica do período 1822-1840, o Conde Affonso Celso faz a seguinte apreciação:

“... Certificam os fatos que o Brasil, a despeito das surpresas da sorte, das vicissitudes, das adversidades, dos erros dos homens (...) tem, brioso e insubjugável, superado *como há de superar quaisquer crises*, pois possui vitalidade, reservas, capacidade de resistência e recuperação (...) merecedores do título de predestinação providencial...” (os grifos são nossos)<sup>(9)</sup>.

Apesar do texto se prestar a diferentes leituras, afinal, a que superação da crise o autor estaria realmente se referindo? A ambigüidade de suas palavras seria casual ou, de modo sutil, estaria ele manifestando o seu apoio ao Governo Provisório?

Embora na documentação disponível não haja outros indícios mais fortes deste apreço, é oportuno lembrar que em 21 de outubro de 1931, na sessão magna comemorativa do aniversário da entidade, Getúlio Vargas fez questão de comparecer pessoalmente, presidindo o evento.

Esta aproximação do Presidente pode ser detectada de diferentes modos. A presença no Instituto de diversos membros do governo como, dentre outros, o Dr. Levy Carneiro (Consultor Geral da República) e o Embaixador José Carlos de Macedo Soares é um deles. Porém, ao que tudo indica, mais do que as pessoas, o ideário de nacionalismo defendido pelo Conde de Affonso Celso, bem como sua visão pragmática de História concorreram também para encurtar a distância entre Vargas e a tradicional instituição.

A frente do IHGB desde 1912, o filho do Visconde de Ouro Preto além de ter escrito a conhecida obra “Porque meu ufano do meu país” (que segundo o Barão do Rio Branco<sup>(10)</sup> deveria ser leitura obrigatória em todas as escolas primárias), foi também o criador do termo “brasilidade”.

“Brasilidade”, na concepção de Affonso Celso, seria um sentimento particular que todos os brasileiros devem experimentar em relação à sua pátria: seja glorificando o passado, trabalhando no presente, enfrentando o futuro, tendo orgulho, enfim, da terra onde nasceu. Além disso, viver a “brasilidade” também implicaria em respeitar a moral, conservar a religião, manter a unidade nacional, cultivar a ciência, louvar os heróis e escrever a história da pátria<sup>(11)</sup>.

Na sessão de abertura do Segundo Congresso esses postulados estariam presentes na fala inaugural do Conde:

“... animam o IHGB (...) os mesmos sentimentos que constantemente o têm alentado (...). Esses sentimentos são: amor do trabalho e da ciência, tolerância, dignidade, confiança no prevalecimento da verdade e justiça tudo em função de acrisolado patriotismo...”.

Mais adiante, no mesmo discurso, ele iria demonstrar de modo conciso qual o seu conceito de História, afirmando que os trabalhos e as atividades que seriam desenvolvidas durante aquele encontro deveriam servir para:

“... doutrinação da geração atual e das vindouras incutindo-lhes a veneração, o desvanecimento, gratidão, relativamente aos nossos maiores, mentalidade essa que engendra (...) a energia moral, superior à material, dos cidadãos e dos Estados...”<sup>(12)</sup>.

A linha historiográfica do Congresso estava, pois, traçada: nacionalização da independência, a idéia da revolução necessária, através dos seus heróis...

Ora, considerando que a Revolução de 30 não teve um projeto político-ideológico claramente definido, como testemunhou em diversas ocasiões um de seus expoentes - Oswaldo Aranha<sup>(13)</sup> - é viável estabelecer uma estreita articulação entre a proposta de construção histórica apresentada no IHGB e a preocupação de difundir o nacionalismo que permeou o período de Vargas. É evidente que não seria somente a postura do Instituto que iria servir de inspiração ao novo aparato de governo. Segundo Barbosa Lima Sobrinho, foi a própria revolução que despertou nos intelectuais da época uma espécie de desejo de analisar com maior profundidade a conjuntura brasileira, propondo novos modelos e fórmulas alternativas para os problemas estruturais da nação. No entender deste autor, a elite letrada, no fundo, estaria lutando para

aumentar a influência do intelectualismo no poder político<sup>(14)</sup>.

Carente tanto de unidade política, quanto de uma doutrina que lhe desse sustentação, o grupo que assumiu o controle do país após 30 logo percebeu o quanto lhe seria conveniente apropriar-se dos postulados defendidos por uma entidade respeitável e de tanta tradição. Por outro lado, para o IHGB, a aproximação com Getúlio também seria proveitosa não só do ponto de vista do prestígio que passou a desfrutar na esfera governamental, mas também no que se refere ao apoio financeiro para desenvolver suas atividades<sup>(15)</sup>.

As relações entre o Instituto e o poder central sofreriam, no entanto, um leve desvio de curso, após a promulgação da nova legislação de ensino em 1934, conhecida como Reforma Francisco Campos. Este instrumento legal, dentre outras alterações, determinava que nos programas de ensino secundário a cadeira de História do Brasil fosse suprimida. Em seu lugar foi inserida disciplina Educação Moral e Cívica. Diferente, portanto, do que apregoava Affonso Celso a idéia de “brasilidade” deixava de ser uma decorrência do conhecimento da História Nacional.

Esse ligeiro, porém significativo, desvio de curso pode ser verificado ao se examinar os papéis referentes ao Terceiro Congresso de História Nacional. Promovido para comemorar o centenário IHGB, em outubro de 1938, o evento foi cuidadosamente preparado desde 1937, ainda sob a liderança de Affonso Celso que, por sinal, faleceu meses antes da sua realização.

Como de costume nomeou-se uma Comissão Organizadora, encarregada de determinar a temática do encontro. Ficou, então, estabelecido que as “teses” deveriam versar sobre História do Brasil, desde “... os primeiros contatos entre europeus e habitantes das terras descobertas por Pedro Álvares Cabral... até a organização política e administrativa do Brasil na República”. Foi também determinado que os trabalhos seriam agrupados em 6 seções, a saber: Bio - bibliografias; História política e parlamentar; História econômica e social; História diplomática e militar; Geografia, etnografia e arqueologia: Ciência, letras, arte e religião<sup>(16)</sup>. Nesta última seção abriu-se um espaço para “memórias” relativas ao ensino da história e à história da educação brasileira. Esta abertura, que por si só já representaria uma forma sutil de demonstrar um certo descontentamento da instituição, permitiu que fossem apresentadas contribuições não só criticando a exclusão da História do Brasil do currículos, mas também postulando o seu retorno ao curso secundário. É interessante registrar que autores destes trabalhos, especialmente Prof. Irmão João de Deus e o Academia Jackson de Figueiredo, usam como justificativa de suas postulações o cultivo da “brasilidade”<sup>(17)</sup>.

Revendendo-se os Anais do Terceiro Congresso percebe-se que a brecha, aberta a partir da inclusão de tais “teses”, possibilitou o encaminhamento de uma moção por parte dos membros do IHGB, nos seguintes termos:

“... O Terceiro Congresso Nacional de História faz um apelo aos altos poderes da República afim de que volte aos programas de ensino secundário a cadeira de História Pátria.

S. S. 26 de outubro de 1938.

Carlos Xavier, Bernardino de Souza, Alte. Raul Tavares, Oliveira Vianna, Wanderley Pinho, J. Mattoso, Souza Docca, e Moreira Guimarães<sup>(18)</sup>.

Sintomaticamente, nem o Presidente da República, nem o Ministro da Educação e Saúde Pública - dois dos presidentes de honra do certame - compareceram à sessão inaugural do evento, como haviam procedido em 1931. Os tempos haviam mudado. Em plena vigência do Estado Novo, Getúlio Vargas inverteu as posições: desta vez, ao invés de comparecer ao velho prédio da Avenida Augusto Severo para homenagear a centenária instituição, limitou-se a receber os congressistas para uma rápida audiência em palácio<sup>(19)</sup>. A ditadura instalara-se: “necessária”, “salvadora”, “popular”, “progressista”, “saneador” e “providencial”<sup>(20)</sup>. Não necessitava mais de se apoiar nas concepções históricas dos membros da academia. Apropriando-se delas, distanciou-se deles.

## NOTAS

- (1) IHGB. *Anais do Segundo Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934, v. I, p. 5.
- (2) *Idem*, p. 3.
- (3) VALLADÃO, Alfredo. *Da Aclamação à Maioridade 1822-1840* 2ª ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1939 (Col. Brasileira, vol. 149).



- (4) NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949, p. 30.
- (5) *Idem*, p. 25.
- (6) VALLADÃO, Alfredo. *op. cit.* p. 454.
- (7) CAPANEMA, Gustavo. Introdução-Getúlio Vargas e Sua Política. In: SCHWARTZMAN, Simon (org.) *Estado Novo - um Auto-Retrato (Arquivo Gustavo Capanema)*. Brasília: CPDOC/FGV, Univ. Brasília 1983, p. 24 (Col. Temas Brasileiros).
- (8) FLEIUSS, Max. Ata da sessão de encerramento do Terceiro Congresso de História Nacional. In: IHGB *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1939, vol. I, p. 71-74.
- (9) IHGB. *Anais do Segundo Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934, vol. I, p. 8-11.
- (10) FLEIUSS, Max. *Recordando... (Casos e Perfis)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941, p. 191.
- (11) Sobre "brasilidade" veja-se:  
FREITAS, Paulo A. Gaissler Teixeira. *Brasilidade*. In: IHGB *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941, vol. VII, p. 573-581. Ver também:  
OURO PRETO, Affonso Celso de. *Porque me ufano do meu país*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Laemmert, 1908.
- (12) IHGB. *Anais do Segundo Congresso...* *op. cit.* p. 10.
- (13) ARANHA, Oswaldo. Apud SODRE, Alcindo. *A Gênese da Desordem*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1947, p. 77-79.
- (14) SOBRINHO, Barbosa Lima. *Presença de Alberto Torres (sua vida e obra)*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1968, p. 495-497. Ver também:

COSTA, João Cruz. *Contribuição à História das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956, p. 396-397.

(15) IHGB. *Anais do Terceiro Congresso...* op. cit. vol. 1, p. 69.

(16) Idem, p. 8-17

(17) Idem, vol. VII, p. 559-581.

(18) Idem, vol. I, p. 63

(19) Idem, vol. I, p. 37-38.

(20) VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938, vol. 2, p. 39 e 49.